

Luciana Guidi (à esq), Larissa Mota e Paula Penna, da Amyi: estoque vendido em seis dias **B6**



Saúde
Dasa avalia alternativas para levantar capital e reduzir alavancagem **B3**

Logística
VirtuGNL vai destinar R\$ 5,7 bilhões a novo corredor de gás **B5**

Travelx Bank

OPERAÇÕES CROSS-BORDERS COM O BANCO DE CÂMBIO QUE MAIS CRESCE NO PAÍS.

travelxbank.com.br

(11) 3004-0490

Valor B
Quinta-feira, 21 de março de 2024

Empresas

Energia Licença de operação da usina termina em dezembro, mas aporte de R\$ 3 bilhões é incerto

Eletronuclear busca capital com os acionistas para estender vida útil de Angra 1 por 20 anos

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Eletronuclear busca apoio financeiro de seus acionistas — a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) e Eletrobras — para estender a vida útil da usina Angra 1 por mais 20 anos, investimento estimado em R\$ 3 bilhões, e para concluir Angra 3, ao custo previsto de R\$ 20 bilhões.

A licença de operação da Angra 1, que completa 40 anos neste ano, termina em dezembro — os aportes, incluindo impostos, são necessários para estender a capacidade por mais duas décadas.

Já o projeto da usina nuclear de Angra 3 se arrasta desde os anos 1980 e parou por conta da crise econômica da década perdida e de denúncias de corrupção. Até o momento, foram investidos R\$ 7,8 bilhões e são necessários quase o triplo desse valor para colocá-la em pé. Já foram realizados 67% da obra civil. Se concluída, a usina terá uma capacidade instalada de 1,4 GW.

Ao **Valor**, o presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo Leite, diz saber da dificuldade para mobilizar capital para os dois projetos, mas entende que seria uma oportunidade para fortalecer a cadeia produtiva do setor, já que o Brasil é um dos poucos países no mundo com domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio para fins pacíficos e tem a sexta maior reserva global. A empresa tem trabalhado para buscar o apoio do conselho de administração da companhia, da Casa Civil e do Ministério de Minas e Energia, além dos acionistas.

Segundo Leite, a extensão da vida útil de Angra 1 e a conclusão de Angra 3 são prioridades. No entanto, será preciso aporte de ENBPar e Eletrobras, já que no passado, para obter financiamento do BNDES e da Caixa Econômica, a empresa usou os recebíveis de Angra 1 e 2 como garantia.

A necessidade de aportes bilionários, sobretudo para Angra 3, não é consenso no setor. O presi-



Raul Lycurgo Leite, da Eletronuclear, diz que abandonar o projeto de Angra 3 significaria o Brasil se afastar das metas de redução de emissões

dente da Frente Nacional de Consumidores de Energia, Luiz Barata, entende a importância de encontrar uma solução para estender a vida útil de Angra 1, por ser uma planta eficiente. Entretanto, em um contexto em que o Brasil tem excesso de energia a preços baixos, o executivo não vê sentido em levar adiante o projeto de uma terceira central nuclear.

“Sobre Angra 3, tenho restrições”, diz. “O custo de conclusão

“Sobre Angra 3, tenho restrições. O custo de conclusão é muito grande e pode ter uma tarifa alta”
Luiz Barata

é muito grande e pode ter uma tarifa alta e do ponto de vista dos consumidores, a preocupação é reduzir o custo da energia.”

A Eletronuclear enfrenta problemas de liquidez. As despesas operacionais da companhia estão acima do teto reconhecido pela agência reguladora do setor. No fim do ano passado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) subiu o teto da receita fixa da empresa. Entretanto, a companhia tem realizado uma série de gastos em decorrência dos grandes projetos que demandam aportes financeiros maiores.

O temor é que a falta de recursos comprometa a capacidade da companhia de cumprir compromissos operacionais. Este ano, as usinas de Angra 1 e 2 enfrentaram paradas não programadas devido a problemas de manuten-

ção, incluindo a queda dos elementos moderadores no núcleo do reator em uma ocasião. Segundo o executivo, não há relação direta e nenhum dos eventos afetou a operação da usina ou representou risco nuclear.

Para a extensão da usina Angra 1, a negociação pode ser complexa, uma vez que há um conflito entre o governo e a Eletrobras, que foi privatizada em junho de 2022. Leite afirma que a prorrogação da operação por mais 20 anos foi decidida em 2018, quando a Eletronuclear era subsidiária da Eletrobras ainda estatal.

Em 2020, a Eletronuclear e a empresa americana Westinghouse, que construiu a usina, assinaram uma carta de intenções para a extensão da vida útil da central.

As negociações com a agência

de crédito de exportação americana Eximbank para um novo financiamento começaram, mas a instituição exige garantias dos sócios. Angra 1, com 640 MW de potência, fornece energia para uma cidade de 1 milhão de habitantes e representa 30% da receita da companhia. Sem uma nova licença, a usina pode parar em dezembro.

“Eximbank quer que os acionistas garantam esta operação, o que me coloca novamente na dependência da ENBPar e Eletrobras. Neste momento, a gente ainda não tem uma solução para isso. A Eletrobras, inclusive, se nega a dar essa garantia fidejussória [que depende de um terceiro] nos termos que o Eximbank exige”, diz Leite.

Em coletiva de imprensa na semana passada, o presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, disse

que Angra 1 é um projeto que vai ser discutido na governança da companhia e no momento adequado será submetido à governança da Eletrobras Holding, ainda sem data prevista.

A ENBPar disse que está construindo condições para manter o financiamento da extensão da vida útil de Angra 1 até dezembro de 2024. Até lá, espera ter concluído a negociação com o Eximbank para ter os recursos necessários para custear as obras.

O Ministério de Minas e Energia informou que os temas em questão estão em análise e monitoramento. Por isso, a pasta não irá se posicionar.

Com o caixa drenado, alguns contratos de Angra 3 foram cancelados. A retomada do projeto depende ainda de estudos do BNDES para fazer o cálculo do valor da tarifa. Além disso, os contratos ainda passam por análise da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) e depende do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para aprovar a tarifa.

Com a energia nuclear ganhando destaque internacional como uma solução climática, Leite acredita que o abandono do projeto pelo Brasil significaria afastar-se das metas de redução de emissões. O custo do abandono estimado pela Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan) é superior a R\$ 25 bilhões.

A empresa enfrentaria ainda a obrigação de continuar pagando a dívida do financiamento passado. Por outro lado, se a tarifa da nova usina for excessivamente alta, os consumidores sofreriam um impacto direto em suas contas de luz.

Enquanto isso, mais de 11 mil equipamentos estão estocados em galpões entre uma usina e outra e podem ir parar no ferro-velho, se a obra parar de vez. O impasse despertou temor no setor nuclear. O presidente da entidade, Celso Cunha, disse ao **Valor** que pretende abrir diálogo direto com o presidente Lula para uma solução.

Depois do aço, setor do plástico briga contra aumento de imposto

Petroquímica

Stella Fontes
De São Paulo

Mais uma queda de braço dentro da indústria por causa do potencial aumento do imposto de importação de matérias-primas chega ao governo. Depois dos setores que usam aço, a indústria brasileira do plástico e outras que consomem seus produtos — como a de alimentos (nas embalagens) e construção civil (em tubos e conexões) — se uniram contra o pedido de aumento da alíquota de importação de 76 produtos, incluindo resinas como polietileno, polipropileno e PVC, feito pelo setor químico e petroquímico.

O pleito já foi levado à Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) pela Associação

Brasileira da Indústria Química (Abiquim), e a lista ficará em consulta pública até 25 de abril. Se avançar, vai resultar em elevação da alíquota na Lista de Exceções da Tarifa Externa Comum (Letec) para esse conjunto de produtos de 12,6% para 20%.

De acordo com o presidente do conselho da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, a elevação da alíquota vai comprometer a competitividade de uma série de indústrias. E vai encarecer uma lista ainda mais ampla de insumos, com reflexos no preço da cesta básica e em programas do governo como “Minha Casa, Minha Vida” e Farmácia Popular. “Os plásticos são utilizados como matéria-prima em uma vasta gama de setores” afirma.

Assim como o setor siderúrgico, a indústria química argumenta que está enfrentando surtos de

importação de resinas e outros produtos petroquímicos, vindos sobretudo da Ásia, em condições desleais de competição. Conforme a Abiquim, em 2023, as compras externas de plastificantes saltaram 57,3%, enquanto as de resinas termofixas cresceram 44,2% e as de resinas termoplásticas, 17,1%. Como a demanda local caiu, os importados passaram a responder pela fatia recorde de 47% do mercado brasileiro de químicos de uso industrial.

Conforme a Abiplast, as importações são essenciais na competição com a resina produzida no país, que é concentrada em poucos produtores, com destaque para a Braskem. Além disso, uma vez que os produtores locais praticam a paridade de preços e incluem os custos de internação dos produtos, qualquer aumento na alíquota de importação vai se refletir também na elevação dos preços locais.

O partido que entende que lugar de mulher é na política.

Filie-se e participe do PSD Mulher

www.psdmulher.org.br

flickr psdmulher55 @psdmulher55 psdmulher

psd 55 mulher